

RAÍZES DE LUTAS E APRENDIZADOS

as marcas da luta pela terra na experiência de elaboração de um documentário referenciado na educação popular

ROOTS OF STRUGGLE AND LEARNING

the marks of the struggle for land in the experience of making a documentary referenced in popular education

Katia Iris Marro¹

Laila Abreu Pereira²

Giovanni Salvadori²

Rita De Cássia Garcia de Freitas da Silva²

Guenner Moraes Pinto²

Eduardo da Silveira Ferreira²

Jeniffer Araujo de Oliveira²

Jhonny Oliveira Araujo²

Ana Carolina Dielle Silva Reginaldo²

RESUMO

O artigo apresenta o processo de construção de um documentário que é fruto do trabalho de campo e da avaliação final proposta por uma disciplina obrigatória do Curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras, sendo um dos componentes curriculares que materializa a curricularização da extensão. Expressa também uma profunda articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pois se desenvolve em um assentamento rural vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio de Janeiro, junto ao qual realizamos um trabalho de extensão interdisciplinar com quinze anos de existência. O documentário objetivou dar visibilidade à realidade de um assentamento rural que luta pela sua permanência, promovendo reflexões críticas no público espectador no sentido das possíveis consequências derivadas da ameaça e reversão dessa área de reforma agrária. Por meio de uma metodologia inspirada na educação popular, em perspectiva freiriana, nos desafiamos na construção de um instrumento educativo que busca romper com concepções bancárias e autoritárias do conhecimento, dando visibilidade à voz das famílias assentadas que mostram o significado de um assentamento rural que produz alimentos agroecológicos. A experiência teve como resultado a produção de um documentário que retrata a realidade local de luta pela terra, com impactos importantes para a formação profissional: o conhecimento das condições de vida da população do campo; os desafios enfrentados na conquista dos direitos sociais; e o contato com as expressões da questão social que interpelam o conjunto de políticas públicas com as quais trabalham assistentes sociais. Esses são alguns dos frutos desta experiência que materializa a curricularização da extensão.

Palavras-chave: Extensão; Luta pela terra; MST; Documentário; Serviço Social.

¹ Escola de Serviço Social (UFF) - Rio das Ostras, RJ, Brasil. Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: katiamarro@id.uff.br.

² Escola de Serviço Social (UFF) - Rio das Ostras, RJ, Brasil. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

ABSTRACT

The article presents the process of constructing a documentary that is the result of fieldwork and the final assessment proposed by a compulsory subject in the Social Work Course at UFF in Rio das Ostras, one of the curricular components that embodies the curricularization of extension. It also expresses a deep connection between teaching, research, and extension, as it was developed in a rural settlement linked to the Landless Rural Workers Movement (MST) of Rio de Janeiro, with which we have been conducting interdisciplinary extension work for fifteen years. The documentary aimed to give visibility to the reality of a rural settlement that is fighting for its permanence, promoting critical reflections among the viewing public regarding the possible consequences of the threat and reversal of this area of agrarian reform. Using a methodology inspired by popular education, from Freire's perspective, we challenged ourselves to build an educational tool that seeks to break with banking and authoritarian perspectives of knowledge, giving visibility to the voices of settled families who show the significance of a rural settlement that produces agroecological food. The experience resulted in the production of a documentary that portrays the local reality of the struggle for land, with important impacts on professional training: knowledge of the living conditions of the rural population; the challenges faced in achieving social rights; contact with expressions of social issues that challenge the set of public policies with which social workers work. These are some of the fruits of this experience, which materializes the curricularization of extension.

Keywords: Extension; Fight for land, MST; Documentary; Social Work

INTRODUÇÃO

*“A liberdade da terra
é assunto de todos os que se alimentam
dos frutos da terra.”*

Pedro Tierra

O trabalho apresenta o processo de construção do documentário *Raízes de luta: a trajetória do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira na luta pela terra*, elaborado por um grupo de estudantes sob orientação da docente a cargo da disciplina Movimentos Sociais e Educação Popular, do Curso de Serviço Social do Instituto de Humanidades e Saúde (Campus Universitário de Rio das Ostras) da Universidade Federal Fluminense. O documentário é fruto do trabalho de campo e do processo de avaliação

final proposto pela disciplina, que é um dos componentes curriculares com carga horária validada no processo de curricularização da extensão do referido Curso. Ao mesmo tempo, a articulação com o Assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, em Macaé, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio de Janeiro, é fruto de um trabalho de extensão interdisciplinar realizado junto à comunidade, com 15 anos de história.

Exercitando a dimensão socioeducativa do Serviço Social, e na busca por romper com perspectivas bancárias e autoritárias do conhecimento (Freire, 1987, 2012), nos desafia-

mos na construção de um instrumento educativo inspirado na educação popular, capaz de dialogar com a realidade de um assentamento rural que luta pela sua permanência e pela materialização da política de reforma agrária na região. O objetivo do documentário foi dialogar com a sociedade e dar visibilidade à importância do assentamento para a realidade da região, considerando a democratização da terra, a produção de alimentos saudáveis para o conjunto das classes trabalhadoras e subalternas, o combate à fome e à desigualdade e a preservação do meio ambiente. Também teve como objetivo promover uma reflexão crítica sobre as consequências sociais, econômicas e ambientais de um possível desmantelamento do assentamento. Isso porque, desde sua fundação, no ano de 2014, como assentamento de reforma agrária reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o PDS enfrenta diversas e permanentes ameaças de reversão.

A estrutura de organização do artigo reflete o caminho teórico-metodológico que empreendemos. Partimos de uma reconstrução histórica do PDS, que resgata a luta pela terra na região e o significado deste assentamento rural no contexto contemporâneo, apresentando alguns dos fundamentos teóricos que enriqueceram a compreensão do território retratado. Posteriormente, abordamos o documentário como instrumento de educação popular, explicitando a perspectiva metodológica e os procedimentos adotados. Finalmente, trazemos reflexões sobre os resultados alcançados, os aprendizados e os impactos para a formação profissional.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE O PDS OSVALDO DE OLIVEIRA

A expansão abrupta da fronteira agrícola pela primazia do padrão primário exportador na

estrutura econômica do Brasil nas últimas duas décadas tem deixado marcas particulares no estado do Rio de Janeiro. A descoberta da Petrobras de grandes reservas de pré-sal no litoral fluminense em 2006 impulsiona a expansão de novos investimentos no setor petroleiro, petroquímico e de infraestrutura: Porto do Açu, COMPERJ, Arco Metropolitano, para nomear alguns dos projetos mais significativos que se expandem até a crise que se manifesta em 2015 (Costa, Monteiro, Graboys *et al.*, 2023). O *boom* das *commodities* e a pressão em torno do mercado de terras responde à busca de novas áreas fornecedoras de matérias-primas para abastecer o mercado internacional, mas também à instalação destes grandes projetos de infraestrutura que trazem sedutoras promessas de desenvolvimento, que não consideram os enormes impactos econômicos, sociais e ambientais que os acompanham. Os municípios de Rio das Ostras e Macaé, por exemplo, reformularam seu zoneamento distrital e os planos diretores para atração de novos investimentos. Isso significa que parte das áreas rurais e periurbanas foram reclassificadas nos planos diretores como zonas industriais – perdendo sua natureza de áreas agriculturáveis – e convertidas em ativos para o mercado. A pressão sobre as áreas rurais é expressão da centralidade da terra e da dimensão fundiária no atual ciclo de desenvolvimento, reconfigurando a conflitividade no espaço agrário (Costa, Barcelos, Wanderley, 2021).

Associado a esse quadro, a partir da década de 2010 é possível identificar importantes conflitos pela terra que se concentram na região norte e sul fluminense, contexto em que prevalece uma lógica de contrarreforma agrária, ou seja, de expropriação de trabalhadores rurais, expulsão das suas terras, intensificação da urbanização e transformação das terras em propriedade do capital (Alentejano,

Junior, Silva, 2022; Santos *et al.*, 2024).

É neste mesmo contexto que, em 2010, um grupo de famílias, oriundas dos municípios de Rio das Ostras, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Macaé, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocupam a Fazenda Bom Jardim. A ocupação teve como objetivo pressionar o Estado pela desapropriação da área, já considerada pelo INCRA como latifúndio improdutivo desde 2006 e posteriormente declarada de interesse social para fins de reforma agrária. Com uma extensão de 1.650 hectares, por estar situada em uma área de preservação da Mata Atlântica, surge a proposta de implantar um modelo de assentamento ambientalmente diferenciado. Como fruto de intensa mobilização, em 1º de março de 2014, o assentamento foi instituído sob a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) – pioneira no estado do Rio de Janeiro –, configurando-se como uma referência histórica e política de grande relevância (Oliveira, 2014; Fraga, 2019).

Entretanto, é importante mencionar que a história do assentamento Osvaldo de Oliveira é marcada por reiteradas ameaças de reintegração de posse, episódios de violência institucional e despejos forçados. Momentos como esses revelaram graves violações de direitos enfrentadas pelos trabalhadores rurais e os obstáculos impostos à consolidação de projetos de reforma agrária.

As famílias assentadas expressam uma trajetória de intensa resistência e esforços contínuos por permanecer na terra conquistada. Durante estes anos de luta, o assentamento tem se con-

solidado como um território de referência da agricultura familiar e da produção agroecológica, apesar dos inúmeros desafios estruturais enfrentados. Além da produção, se destacam os desafios da gestão coletiva, da auto-organização das famílias, da permanente vigilância das práticas agroecológicas que respeitem a biodiversidade e a conservação ambiental.

A participação ativa das mulheres, organizadas no Coletivo Margaridas do Carukango, constitui um dos pilares fundamentais do assentamento. As mulheres não apenas protagonizam a produção agroecológica, como também lideram ações de cuidado e organização comunitária. Os espaços de comercialização, como as feiras agroecológicas realizadas mensalmente na UFF Rio das Ostras e na Cidade Universitária de Macaé (UFF e UFRJ), fortalecem a relação entre campo e cidade, garantindo o acesso da população urbana a alimentos saudáveis e reforçando o papel da agricultura familiar na segurança e soberania alimentar (Marro, Pereira, 2024). Apesar dos avanços, o assentamento ainda enfrenta importantes desafios, como a precariedade da infraestrutura, a dificuldade de acesso a políticas públicas permanentes e a limitada oferta de assistência técnica.

Em 2024, o PDS Osvaldo de Oliveira enfrentou uma grave ameaça: a possibilidade do despejo das famílias assentadas, determinado por decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. A reintegração de posse colocou em risco não apenas as moradias e os meios de subsistência das famílias, mas todo o projeto de desenvolvimento sustentável construído ao longo de anos³. Contudo, em

3 MST. Famílias do PDS Osvaldo de Oliveira sofrem ameaça de despejo. 27/12/2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/12/27/familias-do-pds-osvaldo-de-oliveira-sofrem-ameaca-de-despejo>. Acesso em: 05 jan. 2025 e MST. MST no RJ denuncia tentativa de despejo de assentamento referência em agroecologia. 10/09/2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/09/10/mst-no-rj-denuncia-tentativa-de-despejo-de-assentamento-referencia-em-agroecologia>. Acesso em: 05 jan. 2025.

dezembro de 2024, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu liminar suspendendo a ordem de despejo. Essa decisão representou um alívio temporário, mas escancarou a fragilidade jurídica que ainda ronda os assentamentos de reforma agrária no Brasil. A ameaça de despejo é também uma ameaça ao direito à terra, à moradia, à produção de alimentos agroecológicos e à preservação ambiental.

Situado em área de preservação da Mata Atlântica, bioma historicamente ameaçado, o assentamento contribui não apenas para a conservação da vegetação nativa, mas também para a recuperação de áreas degradadas, a proteção de nascentes e o estímulo à biodiversidade local. Sua desarticulação comprometeria esses avanços e abriria caminho para uma nova degradação ambiental. Além disso, o papel do PDS na segurança alimentar da região é inegável. Por meio do PAA, os assentados fornecem alimentos saudáveis a instituições sociais como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Serra e a Casa do Caminho de Macaé. Só no ano de 2024, e por meio do PAA, o assentamento forneceu 648 cestas de alimentos agroecológicos para o CRAS Serra, o que equivale a uma média mensal de 80 famílias beneficiadas por alimentos sem agrotóxicos. As feiras agroecológicas também funcionam como importantes canais de escoamento da produção, promovendo o diálogo entre campo e cidade (Marro, Pereira, 2024). Estes aspectos são centrais para compreender o significado do PDS Osvaldo de Oliveira na região, e são parte importante dos conhecimentos mobilizados no documentário, com o objetivo de provocar uma reflexão crítica no público espectador.

3. O DOCUMENTÁRIO COMO UM INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR: O CAMINHO METODOLÓGICO

Diante da realidade vivida pelo PDS Osvaldo de Oliveira, a possibilidade da reversão da posse coletiva da terra e da dissolução do assentamento, decidimos construir um documentário que funcionasse como um instrumento educativo capaz de problematizar esta situação. Alguns princípios da educação popular sistematizados por Paulo Freire ressoaram entre nós: “ninguém está só no mundo; ninguém sabe de tudo, nem ninguém ignora tudo; ter a capacidade de assumir a ingenuidade do educando” (Freire, 2012). Esses princípios se tornaram referências importantes de uma pedagogia para a qual a educação deve ser um ato de libertação, ou um ato dialógico ao serviço da reflexão crítica sobre a realidade. Em diálogo com os conhecimentos apreendidos na disciplina Movimentos Sociais e Educação Popular, assumimos o desafio de romper com um modelo de educação bancária:

[...] a única margem de ação que se oferece aos educandos é de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam [...] o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber (Freire, 1987, p. 33).

O instrumento educativo que construímos buscou dar visibilidade ao protagonismo dos sujeitos que fazem a história do PDS, recolhendo “a sabedoria que se constitui na massa popular, pela prática” (Freire, 2012, p. 27). Ao mesmo tempo, se propôs a atingir um público espectador que não necessariamente compreende a importância da luta pela terra e das políticas de reforma agrária para a sociedade brasileira. Com uma postura dialógica (Freire, 2024), buscamos problematizar preconceitos que habitam o senso comum (Gramsci, 1999), e são mobilizados pelas estratégias das classes dominantes afinadas com os interesses do agronegócio e da grande propriedade rural.

O ponto de partida consistiu na delimitação de alguns objetivos que nortearam o processo de elaboração do documentário: a) apresentar o MST e o assentamento PDS Osvaldo de Oliveira; b) realizar um registro da história do assentamento e da vida dos sujeitos que participam do movimento; c) mostrar a importância do PDS dentro do município de Macaé e seu impacto no enfrentamento às desigualdades sociais; e d) socializar conhecimentos e sensibilizar acerca do risco de despejo e de reversão de um assentamento de reforma agrária.

Para iniciar a construção desse instrumento, organizamos um roteiro para o documentário, contendo as perguntas e as principais reflexões que queríamos provocar no público espectador. Amparados em um interessante processo de pesquisa de textos trabalhados na disciplina de Movimentos Sociais e Educação Popular, assim como também em outras leituras que nos auxiliaram na compreensão da reforma agrária e da luta pela terra na região, e na estratégia do documentário popular (Teixeira, Sant'Ana, 2021), buscamos indagar quanto ao significado do MST e do PDS para os sujeitos envolvidos; quanto aos aspectos relacionados à produção agroecológica; e quanto à sua importância na região e o papel do coletivo das Margaridas do Carukango. Estas questões se traduziram em roteiros de entrevistas que, por meio de visitas ao assentamento, foram realizadas junto a diferentes sujeitos que fazem parte da sua construção. Os sujeitos da entrevista foram escolhidos por sua representatividade na história do PDS, sobretudo em relação à produção, à organização do coletivo de mulheres, à vida cotidiana do assentamento e ao processo de organização do MST. Os trabalhadores e as trabalhadoras entrevistados foram consultados sobre sua participação, obtendo autorização sobre o uso de imagens e falas.

Neste processo, gravamos as entrevistas, registramos fotografias e conversamos com a comunidade do assentamento.

Dentre algumas dificuldades enfrentadas, destacamos que o processo de construção do documentário não contou com recursos específicos para a produção audiovisual, tendo sido utilizados dois celulares — um para captação de áudio e outro para imagem —, além de um computador, equipamentos pertencentes aos próprios estudantes do grupo. Para a visita ao PDS, a universidade disponibilizou um ônibus para o primeiro encontro, mas, por motivos climáticos, não conseguimos acessar o território com o veículo. Em um segundo encontro, conseguimos chegar ao local por meio do carro particular da docente, devido à indisponibilidade de carro institucional para realizar a visita.

Por fim, e a partir do roteiro previamente elaborado, foi realizada a edição do documentário (por meio de programa gratuito), incluindo os vídeos das entrevistas gravadas, a escolha das músicas de fundo e das imagens, produtos da pesquisa documental empreendida pelo grupo. Optamos por utilizar músicas do próprio MST, disponíveis no site do movimento, cujas letras abordam a luta pela terra, reforçando assim a identidade dos sujeitos retratados.

4. DE RESULTADOS E APRENDIZADOS

O documentário se inicia com a recente notícia sobre a ordem de despejo do PDS, ocorrida em 2024. Propondo uma pausa, os espectadores são convidados a conhecer esse território. Em seguida, os próprios trabalhadores da comunidade explicam o que é o MST, o PDS Osvaldo de Oliveira e a importância desse assentamento para a região, destacando o protagonismo desses sujeitos na construção

de suas histórias, individuais e coletivas. As cenas das entrevistas foram intercaladas com imagens do local, as quais mostram a extensa área de vegetação, o rio São Pedro (maior afluente do Rio Macaé pelo lado esquerdo) e os trabalhadores em atividades coletivas. Além disso, foram inseridas informações sobre a produção agroecológica e as famílias e comunidades beneficiadas, com o objetivo de demonstrar o impacto e a importância do assentamento para a reprodução da sua comunidade, para o abastecimento da população com alimentos saudáveis e para a preservação do meio ambiente. Ao final do vídeo, a questão do despejo é retomada por meio de um conjunto de perguntas que buscam provocar uma reflexão no público espectador sobre as possíveis consequências do desmantelamento

do PDS Osvaldo de Oliveira: “Até quando essa luta será necessária? O que acontecerá, se, no futuro, o assentamento for novamente ameaçado? Já pensou como seria a vida dessas famílias sem o lugar onde encontraram seu lar e sua fonte de renda? Já pensou como essa retomada de posse afetaria o município? Como afetaria as instituições que recebem alimentos produzidos pelos assentados? Ou o impacto ambiental que esse assentamento possui em Macaé, com sua função de preservação ambiental?” A escolha de encerrar o documentário com um conjunto de perguntas não é aleatória; a pedagogia da pergunta expressa uma concepção do ato educativo em que os sujeitos envolvidos, educandos e educadores, são interpelados e convocados ao diálogo que transforma (Freire, 2012; 2024).

Figura 1. Visita ao Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira



Fonte: elaborada pelos autores (2025).

A elaboração do documentário foi inspirada nos princípios da educação popular e nas contribuições de Paulo Freire, e, por esse motivo, não se apresenta como um instrumento neu-

tro ou imparcial: “não é possível negar, de um lado, a *politicidade da educação* e, de outro, a *educabilidade do ato político*” (Freire, 2012, p. 29, *itálico no original*). Desde a escolha de dar

visibilidade à importância do MST e da luta pela terra – como uma lente privilegiada para a compreensão dos direitos da população do campo –, até a edição do documentário – comprometida em mostrar as leituras e os significados dados pela comunidade a esse território –, este instrumento educativo reivindica o seu protagonismo na construção de um assentamento de reforma agrária que carrega um significado importante também para a sociedade

local. As perguntas que interpelam o público espectador buscam desmontar preconceitos contra a luta pela terra e o MST, veiculados pela grande imprensa e impregnados no senso comum dominante. Entretanto, ao fornecer informações sobre o poder do assentamento no combate à fome e à desigualdade social, ou seu papel na preservação do meio ambiente, não subestimam a capacidade crítica que pode despertar no público que assiste.

Figura 2. Reunião comunitária do PDS Osvaldo de Oliveira



Fonte: elaborada pelos autores (2025).

O processo de elaboração do documentário foi de grande enriquecimento profissional. Apesar da comunidade do PDS ter uma presença constante em diversas atividades acadêmicas da UFF de Rio das Ostras, alguns membros do grupo de estudantes nunca tinham visitado um assentamento de reforma agrária. A vivência dessa realidade e a sua compreensão à luz de leituras e estudos teóricos que mostraram o significado da luta de um movimento social do campo como o

MST foi de extrema importância para uma apreensão mais concreta do papel central da democratização da terra para o enfrentamento das desigualdades sociais, com as quais trabalham cotidianamente assistentes sociais. A realização das entrevistas – recebidas com entusiasmo e o desejo de compartilhar experiências e sentimentos em relação à luta pela terra – e o contato com um forte senso de pertencimento por parte da comunidade marcaram profundamente o grupo. Assisten-

tes Sociais costumam ter contato com famílias e usuários de políticas públicas, mediado por instituições que garantem direitos sociais, mas conhecer os sujeitos nos seus territórios, e a partir dos processos de luta e resistência que protagonizam, devolve contornos coletivos e de classe às expressões da questão social, que muitas vezes aparecem invisibilizados por esses equipamentos de políticas públicas (Marro, 2014).

Por sua vez, o desafio de materializar princípios da educação popular em um instrumento pedagógico como o documentário qualificou a formação profissional, reconhecendo os sujeitos coletivos e os movimentos sociais como referências fundamentais desse processo educativo.

Essa experiência de sair do livro, do texto acadêmico, da sala de aula, dos muros universitários e entrevistar os sujeitos que construíram a história do país proporciona outro nível de profundidade na formação universitária, pois permite construir sínteses entre teoria e prática imprescindíveis. O processo de pensar o roteiro, gravar, assistir e reassistir as gravações, discuti-las, editar, montar, pensar trilha sonora, selecionar material de apoio, é um mergulho profundo no tema, que proporciona um método eficiente para consolidar conhecimentos e perspectiva de leitura crítica da realidade (Teixeira, Sant'Ana, 2021, p. 116).

Ao escolhermos trabalhar com a educação popular, o ato educativo assume o desafio de promover uma reflexão crítica da realidade a partir das próprias vivências e visões de mundo daqueles(as) que *são* e *somos* seus protagonistas.

Figura 3. Realização de entrevistas no PDS Osvaldo de Oliveira



Fonte: elaborada pelos autores (2025).

CONCLUSÃO

A experiência de produzir um documentário inspirado nos princípios da educação popular, em diálogo com a realidade particular de um assentamento de reforma agrária sujeito

a uma potencial ameaça de despejo, enriqueceu a vivência universitária dos envolvidos. Visitar o assentamento, conversar com a comunidade, traduzir e colocar um conjunto de conhecimentos ao serviço da realidade do PDS Osvaldo de Oliveira, demonstrou a possi-

bilidade de uma articulação conjunta entre a universidade e os movimentos sociais, a qual enriquece a formação profissional de estudantes e docentes e contribui com os processos de luta por direitos sociais, que impactam nas condições de vida das maiorias sociais. A luta pela terra, a produção de alimentos sem agrotóxicos na perspectiva agroecológica e o papel da reforma agrária no combate à fome são assuntos de extrema relevância para as pessoas que habitam esse território, para as famílias que se alimentam dos seus produtos e para a universidade pública (Marro, 2014; Sant'Ana, 2014).

Como assentamento de reforma agrária, o PDS Osvaldo de Oliveira é hoje um território não incorporado às cadeias de produção de *commodities*. Sua existência é uma interrupção nessa cadeia, pois é antagônica a uma concepção que destina a terra à monocultura. Entretanto, se o assentamento deixasse de existir e retornasse ao capital privado, o desmatamento ou a presença de gado (que disfarça seu caráter improdutivo), provavelmente voltariam a ser as marcas dessa terra. Como os povos indígenas e das florestas (Adoue, 2017), os assentados do PDS Osvaldo de Oliveira têm sido responsáveis por propagar as matas ciliares e o plantio de árvores, além de cuidarem da fauna que faz a dispersão de sementes, promoverem uma agricultura que se articula aos ritmos da natureza e multiplicarem os cuidados com os cursos de água. Desmantelar esse assentamento de reforma agrária não é apenas atacar toda a cadeia de vida ecodependente daquele território (Teixeira & Montezuma, 2022), mas significa também ameaçar seu efeito multiplicador, sua continuidade como território que produz alimentos agroecológicos, além de ameaçar a democratização da terra, o combate à fome e à desigualdade social. Este é um pouco do conhecimento e do significado

social do PDS que o documentário se propôs a retratar, expressando o sentido de uma formação profissional socialmente referenciada.

O processo de curricularização da extensão do Curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras se nutre de projetos de extensão que estão profundamente enraizados em territórios tradicionais da região. Por outro lado, a disciplina que possibilitou a produção deste documentário, vem ensaiando, há alguns anos, formas de avaliação que articulam ensino, pesquisa e extensão, e preveem a realização de trabalho de campo. Nem sempre é possível adotar esse tipo de metodologia de avaliação, pois ela depende dos tempos das comunidades com as quais trabalhamos, do perfil dos estudantes envolvidos, e da identificação com as temáticas propostas. Entretanto, a curricularização da extensão amplia as possibilidades de inserção de mais estudantes, articula estas iniciativas com componentes curriculares específicos que abordam de forma mais profunda a extensão universitária e dá visibilidade aos seus produtos na vida acadêmica e para além dela. O documentário vem sendo exibido em Semanas de Recepção aos calouros, nas redes sociais de projetos de extensão, nas disciplinas do Curso de Serviço Social e em eventos acadêmicos realizados junto à comunidade do PDS. Na Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), realizada em maio de 2025 na UFF de Rio das Ostras, o documentário fez parte de uma atividade intitulada *Cinema da Terra*, que contou com a participação da comunidade acadêmica, assentados do PDS Osvaldo de Oliveira e outras comunidades rurais.

A vivência extensionista retratada na produção do documentário nos ofereceu a oportunidade de dar visibilidade a essa realidade, fortalecendo o vínculo entre a universidade e os movimentos sociais, reafirmando seu

significado social, abrindo espaço para uma Universidade comprometida com a escuta, com o diálogo e com a construção coletiva do conhecimento junto aos sujeitos populares que lutam pela terra. A importância dessa experiência para a formação profissional em Serviço Social, referenciada nos compromissos do Projeto ético-político, é notória: a compreensão da questão agrária, sua relação com as múltiplas expressões da questão social, a possibilidade de construir novas ferramentas de intervenção que dialoguem com os processos de resistência e auto-organização das classes subalternas, em especial, na luta pela terra, foram alguns dos conhecimentos que aqui exercitamos com a produção do documentário *Raízes de luta: a trajetória do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira na luta pela terra*.

O documentário completo, *Raízes de Luta: a trajetória do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira na luta pela terra*, que aborda a luta das famílias do assentamento Osvaldo de Oliveira pela terra e pela agroecologia, pode ser acessado por meio do seguinte QR Code ou link:



https://drive.google.com/file/d/1dOjO_x5xkREyYUAM57pJNnjejSRGA_en/view?usp=sharing

REFERÊNCIAS

- ADOUE, Silvia. Os povos da floresta e o desenvolvimento. As retomadas guarani e kaiová no Brasil. In FELIZ, Mariano & PINASSI, Orlanda. **La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires, Herramienta, 2017.
- ALENTEJANO, Paulo; JUNIOR, Jurandir; SILVA, Lucas. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol: 24, n. 52, 2022.
- COSTA, Ana; BARCELOS, Eduardo; WANDERLEY, Luiz. A "nova corrida" por terras no estado do Rio de Janeiro: grandes projetos, expropriação e território. In: GTAgrária AGB. **Geografia dos grandes projetos de desenvolvimento: uma reflexão a partir do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- FRAGA, Diego Rangel. **Sistematização do processo de construção do pds (projeto de desenvolvimento sustentável) Osvaldo de Oliveira, no município de Macaé, RJ**. TCC (Tecnólogo em Agroecologia). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná campus Campo Largo. Lapa, p. 72. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. Princípios do trabalho popular. In: PELOSO, Ranulfo (org.). **Trabalho de base (seleção de roteiros organizados pelo Cepis)**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2024, 78ª edição.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1999.
- MARRO, Katia. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra?. In: ABRAMIDES, Beatriz; Duriguetto, Maria Lúcia, (orgs.). **Movimentos sociais e serviço social:**

uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

MARRO, Katia *et al.* Construindo instrumentos de educação popular junto a um acampamento Sem Terra. *In:* MARRO, Katia; BARBOSA, Elizabeth; SANTOS, Suenya. **Caminhos metodológicos, saberes práticos profissionais e populares em territórios de resistência.** Rio de Janeiro, Navegando, 2021.

MARRO, Katia, PEREIRA ABREU, Laila. Produzindo alimentos e organização coletiva: ações extensionistas junto às mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira do MST/RJ. UFF, **SEMEXT**, 2024.

MST. **Famílias do PDS Osvaldo de Oliveira sofrem ameaça de despejo.** 27/12/2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/12/27/familias-do-pds-osvaldo-de-oliveira-sofrem-ameaca-de-despejo>. Acesso em: 05 jan. 2025.

MST. **MST no RJ denuncia tentativa de despejo de assentamento referência em agroecologia.** 10/09/2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/09/10/mst-no-rj-denuncia-tentativa-de-despejo-de-assentamento-referencia-em-agroecologia>. Acesso em: 05 jan. 2025.

OLIVEIRA, Dayse Maria. **O projeto de desenvolvimento sustentável (pds) e os desafios para a construção de novas formas de assentamento:** o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé (RJ). TCC (Bacharelado em Serviço Social) - Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras. Rio das Ostras, p. 108. 2014.

RAÍZES DE LUTA: a trajetória do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira na luta pela terra. Trabalho da Disciplina Movimentos Sociais e Educação Popular, Curso de Serviço Social, IHS, UFF, Rio das Ostras, 2025. **Documentário.**

SANT'ANA, Raquel. A realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com os assentamentos rurais. *In:* ABRAMIDES, Beatriz; Duriguetto, Maria Lúcia, (orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária.** São Paulo, Cortez, 2014.

SANTOS, Suenya *et al.* Ofensiva neoextrativista do capital sobre territórios, bens naturais e direitos - uma

aproximação à realidade das baixadas litorâneas e norte fluminense. **Anais do 18 ENPESS**, ABEPSS, dezembro de 2024.

TEIXEIRA, Leile Silvia Candido; SANT'ANA, Raquel Santos. O documentário popular como instrumento didático-pedagógico na formação em serviço social. *In:* MARRO, Katia; BARBOSA, Elizabeth; SANTOS, Suenya. **Caminhos metodológicos, saberes práticos profissionais e populares em territórios de resistência.** Rio de Janeiro, Navegando, 2021.

TEIXEIRA, Maiana Maia; MONTEZUMA, Talita Furtado. Mapeando os conflitos por água no Brasil: principais indicadores, sinais de alerta e ameaças para a defesa das águas como bens comuns. *In:* CPT (org.). **Conflitos no Campo:** Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. p. 126-137.

Recebido em: 28/06/2025

Revisado em: 11/12/2025

Aprovado em: 03/02/2026